

111

Jovens licenciados e primeiro emprego

Aumenta o número de jovens licenciados à procura do primeiro emprego, situação que é aqui analisada por Álvaro Martins, presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Rocha de Matos, presidente da Associação Industrial Portuguesa, e António de Almeida Costa, coordenador da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Lisboa e presidente do Conselho Coordenador de Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico (o DN tentou obter também um depoimento de um representante da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, mas sem êxito). Conclui-se que há desajustamento entre as estruturas de formação e de emprego, em cuja oferta ainda sobressai a falta de ambição qualitativa, e enfatiza-se o papel do Estado no quadro da motivação de empresários e acadêmicos, apontando-lhes um modelo de desenvolvimento que garanta o relançamento e a subsequente expansão e modernização do País

Adaptação do ensino às necessidades

A ausência de informação estatística torna difícil avaliar com rigor a evolução do nível de desemprego entre a população com ensino superior e a evolução do período de espera desde a conclusão do curso até à obtenção do primeiro emprego. Note-se que, no total de inscritos nos Centros de Emprego, apenas 5,3 por cento dos que procuram primeiro emprego apresentavam em Dezembro de 1985 formação de nível superior, percentagem que desce para 2 por cento no que respeita aos que procuram novo emprego. Contudo, podemos afirmar com segurança que a recessão que atravessa a economia portuguesa nos últimos anos e o seu impacto no mercado de trabalho afectaram negativamente este segmento da população activa.

A agravar a situação, é patente algum desajustamento entre as capacidades de formação instaladas no ensino superior e as necessidades de mão-de-obra qualificada de nível superior. Esta situação virá a ser agravada, tudo leva a crer, com a recente explosão do ensino superior

particular, que insiste sobremaneira, por questões de rapidez de instalação e baixos custos de investimento, em cursos onde se começa a sentir alguma saturação do mercado, como é o caso de Economia e dos cursos de Letras.

De notar que em área tão sensível como é a do ensino, dados os longos períodos de formação no ensino superior, a procura (inscrições de alunos) ajustar-se-á com algum desfazamento em relação às necessidades reais de mão-de-obra de formação superior. Daí a necessidade de utilização duma política de «numerus clausus», orientada pelas necessidades efectivas resultantes do modelo de desenvolvimento do País, que em alguns casos deveria ser extensível ao ensino privado, e a necessidade de se prosseguir uma política activa de diversificação das áreas de ensino que felizmente tem vindo a acontecer nos últimos anos.

A análise global da situação do mercado de trabalho, actual e prospectiva, deixa-nos contudo optimistas. Com efeito, a sofisticada crescente das relações

É necessário seguir uma política de numerus clausus orientada pelas necessidades efectivas resultantes do modelo de desenvolvimento do País, que em alguns casos deveria ser extensível ao ensino privado e diversificar as áreas de ensino



ÁLVARO MARTINS

socioeconómicas entre instituições, a generalização de novos produtos e de novos processos de produção, o crescimento em quantidade e qualidade do sector dos serviços associado a qualquer processo de desenvolvimento, o aumento e complexidade crescente das relações entre países, o desenvolvimento regional, a cooperação internacional, o processo de modernização do País e o aumento do nível educacional da população portuguesa constituem frentes que, entre outras, irão gerar

fortes necessidades de mão-de-obra altamente especializada. A saber, salienta-se que o elevado índice de quadros médios existente em Portugal está a ser estimado com quadros superiores que não encontram colocação adequada, o que, não sendo desejável do ponto de vista individual, permite contudo aliviar algumas tensões no mercado de trabalho.

Ficou patente a nossa confiança no processo de desenvolvimento económico e de modernização, assim como na

adaptação necessária do sistema de ensino às necessidades, como via para a resolução dos desajustamentos que se verificam no mercado de trabalho.

No curto prazo, algumas medidas positivas de política de emprego poderão ajudar na reciclagem dos desempregados de formação superior. É assim que a concessão de apoios para a integração de quadros em empresas e cooperativas, para além do impacto sobre o desemprego, produz um efeito de demonstração nas organizações (nomeadamente PME) sobre a introdução na gestão e na produção de metodologias modernas (controlo de qualidade, marketing, gestão de stocks...). Face à natureza de certos mercados tradicionais de absorção dos jovens com curso superior, nomeadamente organizações públicas e ensino, é necessário fomentar nos jovens o gosto pelo risco, facilitando a constituição de organizações (empresas ou cooperativas) e a consequente criação do próprio emprego. A evolução do tecido socioeconómico e a crescente especialização das intervenções

aconselha e favorece a constituição de pequenas unidades produtivas, em todos os domínios de actividade, dotadas de grande flexibilidade.

Instituições como o Instituto do Emprego e Formação Profissional deverão desempenhar nesta área um papel de muito relevo. A ligação com a universidade, que preconizamos e de que a participação como membros fundadores do projecto UNINOVA constitui o primeiro exemplo, os programas FIEQ e Coopeemprego, em que participamos com outras entidades e que visam facilitar a entrada de jovens licenciados nas organizações produtivas, o programa de Apoio e Iniciativas de Jovens Empresários (FAIJE) e a criação de centros experimentais de criação de empresas, constituem outros instrumentos privilegiados de acção nesta área. Ao mesmo tempo, a evolução rápida das tecnologias, de processos e produtos aconselha o desenvolvimento de acções de formação para quadros médios e superiores, que contamos vir a patrocinar cada vez mais.

Diário

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de trabalho - licenciados



Convergência de programas e projectos de desenvolvimento

A inserção dos jovens licenciados no mercado do trabalho tem merecido da Associação Industrial Portuguesa uma muito especial atenção.

Pelas experiências que tenho podido recolher, quer directamente quer através do que me chega à AIP, o fenómeno assume dimensões cada vez mais preocupantes e prende-se a duas razões básicas: a situação crítica de muitas empresas e os desfasamentos sérios que ainda, e de há muito, se verificam entre as universidades e as empresas.

Que saída, então, para esta situação tão prejudicial ao desenvolvimento e à modernização da actividade empresarial e industrial portuguesa?

Em primeiro lugar, terá de se conseguir uma relação mais estreita e dinâmica entre a universidade e a indústria, de forma a garantir um melhor ajustamento da formação académica às necessidades específicas da empresa.

É uma perspectiva de complementarização no sistema global de desenvolvimento da sociedade e da empresa, em que a universidade se me tem mostrado extremamente empenhada, ao ponto de já terem sido postas em funcionamento, com a AIP, diferentes formas de comunicação e de intercâmbio de experiências e de capacidades.

Mas no plano do ensino,

Desde a participação da indústria na definição dos currícula dos cursos superiores até aos estágios empresariais e à reciclagem técnica e cultural dos empresários, há um vasto campo a explorar no intercâmbio de experiências



ROCHA DE MATOS

além desta ligação universidade-indústria, temos de relevar a importância de um bom ensino, técnico profissionalmente, que permita um melhor aproveitamento das vocações naturais da jovem população, depois utilizadas no quadro das principais actividades produtivas do País, e que evite que a universidade seja tomada como única via de formação superior ou especializada de conhecimentos.

Mas o problema do emprego está, obviamente, e numa primeira linha, ligado às empresas.

É que, como em qualquer economia de mercado, sem empresas não existe emprego.

E mesmo quando, noutro sistema, como no da economia planificada, a questão do emprego não surge tão agudizada, tal é conseguido a custos muito elevados que penalizam fortemente outras áreas e distorcem completamente a economia.

Então, a solução é, a meu ver, muito clara: há que criar mais empresas, há que melhorar e completar a formação profissional ou profissionalizante!

Assim, por um lado, a multiplicação do investimento e o aumento do número de empresas privadas, com a consequente criação de novos postos de trabalho, constituirá uma primeira medida importante, e de efeitos imediatos.

Por outro lado, a universidade e a indústria deverão assegurar

rar a convergência de programas e projectos de desenvolvimento, com a sua dimensão de participação conjunta e recíproca, mantendo a autonomia de cada área institucional.

Desde a participação da indústria na definição dos «currícula» dos cursos superiores a estágios empresariais e à reciclagem técnica e cultural dos empresários, há um vasto campo a explorar no intercâmbio de experiências.

E cabe ao Estado, claro, motivar empresários e académicos, apontando-lhes um modelo de desenvolvimento que assegure o relançamento e a subsequente expansão e modernização do País, não só consolidando tecnológica e financeiramente os sectores tradicionais do País como apontando para a utilização das novas tecnologias e para a criação de um núcleo de tecnologia avançada, com a microelectrónica, a biotecnologia, a robótica, a electromedicina, as energias renováveis.

Ao valorizar esta componente técnica da questão, naturalmente não quero subestimar a tão grande importância que reconheço na humanização da economia, princípio em que, aliás, têm assente muitas das atenções da AIP. Só para referir um dos exemplos mais recentes, lembrarei que a Lei do Mecanato encontrou na AIP e nas empresas suas associadas os maiores entusiastas.

E os empresários deram assim provas da sua consciência de que a economia não se desenrola em espaço estanque: ela é uma dimensão da actividade humana, só possível num quadro, sempre complexo, de coordenadas sociais, políticas e culturais.

É com esta dinâmica de futuro que conseguiremos fazer a necessária revolução de mentalidades, da qual, obviamente, os jovens saídos das escolas e das universidades são o motor essencial.

A ideia de solidariedade e a imaginação

1. A situação de desemprego de grande número de licenciados é, sobretudo, expressão de uma mancha própria no universo muito mais elevado de jovens desempregados.

Assim sendo, as suas causas são, fundamentalmente, as que determinam essa preocupante realidade de desemprego juvenil, ainda que possa revestir, em relação aos licenciados, um significado próprio ou uma feição específica.

Para sistematizar, diria que se pode falar de causas estruturais, de causas conjunturais e, essencialmente, de causas técnicas.

2. Entre as causas estruturais, são de referir as que têm

pectativa de virem a exercer funções tecnicamente mais exigentes; é o aproveitamento legítimo da situação de desemprego existente, levando alguns licenciados à recusa no «entrar do jogo».

c) O recurso frequente à situação de duplo emprego, estranhamente notório em segmentos elevados da estrutura produtiva e de serviços, será, porventura, a mesma ideia de aparente poupança e, talvez, a fuga a compromissos contratuais definitivos.

3. Quanto às razões conjunturais, salientam-se duas, que, com o pelotear no tempo, começam quase a assumir a condição de atávicas:

a) a reduzida expressão de investimentos geradores de empregos consolidados;

b) a ausência de preocupações

ções de natureza social ou cultural, que tem conduzido à «dispensa» colectiva de algumas actividades e serviços que

bem poderiam melhorar a nossa qualidade de vida e dar outra expressão à nossa forma de estar no mundo.

Naturalmente, estas duas causas de desemprego têm por detrás muitas razões conjugadas, desde a indefinição ou falta de confiança num modelo de desenvolvimento económico até à tendência para se sacrificar, quando julgado necessário, aquilo que é mais tangível no complexo das necessidades básicas da vida.

Já se pensou o que os jovens poderiam fazer em matéria de turismo, de defesa e construção do património municipal e estatal, de promoção cultural, de incremento das artes, de introdução das novas tecnologias, de modernização da agricultura?

4. Como causa técnica essencial, pode referir-se o desajustamento entre as estruturas de formação e de emprego.

Será sempre difícil estabelecer uma sólida correspondência, a médio e longo prazo, entre as duas estruturas; mas, no nosso caso, o divórcio tem sido penoso, designadamente na falta de adequação do sistema de ensino às condições de evolução do sistema social e económico.

E note-se que, em termos de futuro, maior dificuldade técnica vai oferecer a construção daquela correspondência, pois o ritmo de variação da sociedade tende a ser muito maior; daí que haja quem afirme ser necessário repensar a lógica dos sistemas educativos, orientando-os para a prossecução de um objectivo dominante: a preparação para a mudança.

5. No nosso país, durante alguns anos, a docência nos ensinos preparatório e secundário iludiu o problema do desemprego de jovens bacharéis e licenciados.

Com efeito, um chamado quadro de habilitações próprias



ANTONIO DE ALMEIDA COSTA

— em si mesmo muito impróprio — possibilitou o acesso às escolas de uma forma bem diversificada de diplomados, mesmo quando a sua formação inicial não era a mais ajustada à função...

Simplesmente, o sistema de ensino naqueles dois segmentos está quase saturado de docentes (com excepção de uma ou outra especialidade) se se quiserem

manter as condições actuais de prestação de serviço.

E essa situação terá sido a gota de água que nos fez acordar e olhar o mar imenso... que o problema, realmente, é!

6. Soluções?

Como em tudo, as soluções só podem encontrar-se no combate deliberado às causas do problema ou no acto de imaginar soluções novas.

Diria que o nosso ingresso nas Comunidades Europeias vai ser um factor positivo, designadamente pelo desfazer de muitas hesitações em matéria de investimento, pela melhoria que vai determinar na ambição

qualitativa dos empregadores, pelo abrir da nossa vida colectiva a outras preocupações de natureza social, designadamente nos domínios da cultura e das artes.

Depois, há uma ideia de solidariedade com os jovens que importa assumir e consolidar; neles está o futuro, e as sucessivas gerações só se afirmam, construindo-o!

Essa solidariedade, se sentida e vivida, é fonte de imaginação.

Já se pensou o que os jovens poderiam fazer, em matéria de turismo, de defesa e construção do património municipal e estatal, de promoção cultural, de incremento das artes, de introdução das novas tecnologias, de modernização da agricultura?

112

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31